



[Handwritten signatures]

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA

Realizada no dia 24 de abril de 2017

Ata n.º 8/2017

----- No dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezassete, na vila de Penela, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, reuniu a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, estando presentes os senhores Vereadores Emídio Domingues, Rafael Cândido Justino Baptista e Paulo António Silva Roxo. -----
----- Faltou o senhor Vereador Eduardo Santos, por motivos qua a Câmara Julgou justificáveis. -----
----- Secretariou a reunião a Técnica Superior, Maria Leonor dos Santos Carnoto, -----
----- Verificada a presença dos referidos membros, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas catorze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se da agenda de trabalhos, da qual faziam parte os seguintes pontos: -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Finanças Municipais;
2. Assuntos de interesse da Autarquia
3. Outras Intervenções

ORDEM DO DIA:

1. Leitura e aprovação da ata anterior
2. ~~Projetos e requerimentos de obras particulares~~
3. Requerimentos diversos
4. Expediente vário
5. Informação Financeira.
6. Conta de gerência 2016.
7. Requalificação dos acessos à Villa Romana do Rabaçal. Reprogramação física e financeira.
8. Modificação dos documentos previsionais. 2ª Revisão.
9. Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas.
10. Mercado do Queijo e dos Romanos.
11. Apoios Municipais
 - 11.1 Dia Mundial do Teatro. CerciPenela

Sendo catorze horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, entrando-se na apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos. -----

1. **FINANÇAS MUNICIPAIS** - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número setenta e sete (referente ao dia útil anterior - sexta-feira) o qual apresenta os seguintes valores: -----
----- SALDO EM DOCUMENTOS: - 0,0€ – zero euros; -----
----- SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: - 619.413,99€ – seiscentos e dezanove mil, quatrocentos e treze euros e noventa e nove cêntimos; -----

[Handwritten signature]

----- SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: - 148.068,88€ – cento e quarenta e oito mil, sessenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos. -----
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. ASSUNTOS DE INTERESSE DA AUTARQUIA-----

- O Senhor Presidente da Câmara informou que:-----
 - Decorreu no dia 4 de abril uma reunião com o senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Souza, relativa à execução do Quadro Comunitário de Apoio, particularmente das estratégias de eficiência coletiva.-----
 - No dia 5 reuniu o Conselho Cinegético Municipal, constando da ordem de trabalhos a renovação da zona de caça municipal.-----
 - No dia 6 de abril participou no Portugal eHealth Summit 2017, tendo sido convidado para orador no painel sobre saúde e cidadania.-----
 - No dia 9 de abril decorreu um encontro de jovens nadadores, evento organizado pela Associação tempos Brilhantes.-----
 - Reuniu no dia 19 de abril a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios.
 - Ainda no mesmo dia, um conjunto de municípios que pretendem constituir, para fazer face às orientações da tutela, uma rede coletiva para a gestão da rede de abastecimento de água e saneamento em baixa.-----

3. OUTRAS INTERVENÇÕES:-----

- O senhor Vereador, **Rafael Baptista:**-----
 - No dia 9 de abril decorreu o segundo encontro de pequenos nadadores, na Piscina Municipal, com acentuado êxito. Para além dos pequenos nadadores da Associação Tempos Brilhantes, de Penela, o evento contou com os grupos desportivos dos concelhos de Soure, Pedrogão Grande e Ansião.-----
 - No dia 19 de abril decorreu a reunião da Comissão de Defesa da Floresta contra Incêndios, com a aprovação do Plano Operacional para 2017.-----
 - Esteve presente numa reunião, no dia 20 de abril, com a equipa de trabalho da ESEC, com vista à organização dos campos de férias, organizados por aquela escola, que decorrerão em Penela durante a terceira semana de junho. Receberemos quinze jovens que irão participar nas campanhas arqueológicas.-----
 - No pretérito dia vinte um, decorreu a reunião da Rede Escolar, quer para os novos professores, quer para a oferta de escola, tendo estado presentes dezanove municípios da-CLM-região de Coimbra.-----

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos deste Executivo, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada.-----

2. PROJETOS E REQUERIMENTOS DE OBRAS PARTICULARES: Foram presente os pedido de obras particulares a seguir mencionado, sobre o qual a Câmara Municipal, tomou conhecimento do deferimento da arquitetura:-----

- Processo nº. 28/2015 – Maria Celeste Teixeira Forte, residente em Cabeça Redonda, concelho de Penela, apresentando projeto para obras de construção de lajes numa moradia no mesmo local, freguesia de Cumieira, concelho de Penela.-----

3. REQUERIMENTOS DIVERSOS:-----

SOBRE MOBILIZAÇÃO DE SOLOS/REARBORIZAÇÃO: (artigo nono, número um do Decreto-Lei número noventa e seis barra dois mil e treze de dezanove de julho): - De **Diamantino Manuel dos santos**, residente na estrada da lagoa, nº. 10, em São Sebastião, concelho de Penela, solicitando autorização para arborização de uma parcela de terreno com eucalipto, com a área de oito mil e novecentos metros quadrados, a incidir no prédio rústico designado por Montarinha, São Sebastião, união de freguesias de São Miguel, santa Eufémia e Rabaçal, concelho de Penela.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, concordar com o parecer técnico desfavorável, emitido pelo Gabinete Técnico florestal e solicitado pelo ICNF. -----

- **Herminio Simões Ferreira Pato**, residente em Grocinas, concelho de Penela, solicitando autorização para arborização de uma parcela de terreno com pinheiro manso, com a área de quatrocentos metros quadrados, a incidir no prédio rústico designado por Fontanheiras, Viavai, união de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, concelho de Penela.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, concordar com o parecer técnico favorável, emitido pelo Gabinete Técnico florestal. -----

- De **David dos santos Costa**, residente no Bairro de São Jorge, vila e concelho de Penela, solicitando autorização para arborização de uma parcela de terreno com eucalipto, com a área de seis mil e trezentos metros quadrados, a incidir no prédio rústico designado por Meato, São Sebastião, união de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, concelho de Penela.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, concordar com o parecer técnico desfavorável, emitido pelo Gabinete Técnico florestal e solicitado pelo ICNF. -----

- De **Amílcar Manuel Fernandes Rodrigues**, residente em Cerejeiras, concelho de Penela, solicitando autorização para rearborização de duas parcelas de terreno com eucalipto, com a área de seis mil e novecentos metros quadrados, a incidir nos prédios rústicos designados por Vale Capelos e Vale Toiro, união de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, concelho de Penela. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, concordar com o parecer técnico favorável, emitido pelo Gabinete Técnico florestal e solicitado pelo ICNF. -----

- De **Américo Simões Dias** residente no Pinhal de Frades, Seixal, solicitando autorização para arborização de duas parcelas de terreno com eucalipto, com a área de três mil e seiscentos metros quadrados, a incidir nos prédios rústicos designados por Basselada e Vales, localizados na Venda dos Moinhos, freguesia de Cumieira, concelho de Penela. -----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, concordar com o parecer técnico desfavorável, emitido pelo Gabinete Técnico florestal e solicitado pelo ICNF. -----

- De **Acácio Gonçalves**, residente no Vale da Moura, Vendas de Podentes, concelho de Penela, solicitando autorização para arborização e rearborização de duas parcelas de terreno com eucalipto, na freguesia de Podentes, concelho de Penela.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, concordar com o parecer técnico desfavorável, emitido pelo Gabinete Técnico florestal e solicitado pelo ICNF. -----

- De **Jorge Filipe Mendes**, residente no Zambujal, concelho de Condeixa a Nova, solicitando autorização para rearborização de uma parcela de terreno com eucalipto, com a área de doze mil e duzentos metros quadrados, a incidir no prédio rústico designado por Eiras, Alfafar, freguesia de Podentes, concelho de Penela.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, concordar com o parecer técnico desfavorável, emitido pelo Gabinete Técnico florestal e solicitado pelo ICNF. -----

4. EXPEDIENTE VÁRIO:-----

5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA:

5.1 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS: Pelo senhor Presidente foi presente, para conhecimento, a declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de janeiro de 2016.-----

"Assunto: Compromissos Plurianuais à data de 31 de março de 2016.-----

Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 18 de junho de 2012 e da Assembleia Municipal de 25 de junho de 2012 informo os compromissos plurianuais assumidos pelo Município constam do quadro seguinte e discriminados no mapa em anexo:-----

Ano	Montante
2018	658.743,15€
2019	508.560,21€
2020	337.283,21€
2021 e sgs	1.811.980,07€

Penela, 19 de abril de 2017.-----
A Câmara Municipal tomou conhecimento da declaração referida, tendo deliberado por unanimidade, nos termos da alínea c), nº. 2 do artº. 15 da lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, remete-la à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

5.2 MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL: Foi ainda presente a informação sobre a monitorização e acompanhamento do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, cujo texto se transcreve.-----

Assunto: Monitorização e Acompanhamento do PAEL - Plano de Apoio à Economia Local-----
Nos termos da alínea a) do nº. 1 do Decreto-Lei nº. 43/2012 de 28 de Agosto, o acompanhamento do PAEL é efetuado pela Assembleia Municipal, trimestralmente e através de informação prestada pela Câmara Municipal e que integra a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano. -----

Assim, e para os devidos efeitos a apresentamos de seguida os seguintes dados:-----
O município celebrou, em 16 de Novembro de 2012, um contrato de financiamento com o Estado Português destinado ao pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de Março de 2012 registadas no Sistema Integrado de Informação da Administração Local até ao montante de 2.313.527,86€. -----

Em 27 de Dezembro de 2012, o município recebeu a primeira tranche do referido empréstimo no montante de 1.619.469,50€, correspondentes a 70% do montante financiado. -----

Em 30 de Agosto de 2013, o município recebeu a segunda tranche no montante de 623.585,35€. -----

O valor total recebido pelo Município de Penela ao abrigo do PAEL foi de 2.243.054,85€. -----

Apresentamos de seguida o resumo da redução dos pagamentos em atraso:-----

Descrição	Valor
Pagamentos em atraso em 31/12/2011	3.613.956,10€
Pagamentos em atraso em 31/12/2012	1.017.216,99€
Redução dos Pagamentos em atraso em 2012	2.596.739,11€
Pagamentos em atraso em 31/12/2013	88.042,53€
Redução dos Pagamentos em atraso em 2013	929.174,46€
Pagamentos em atraso em 31/12/2014	0,00€
Redução dos Pagamentos em atraso em 2014	88.042,53€
Pagamentos em atraso em 31/12/2015	0,00€
Redução dos Pagamentos em atraso em 2015	0,00€
Pagamentos em atraso em 31/03/2016	0,00€
Redução dos Pagamentos em atraso em 2016	0,00€
Pagamentos em atraso em 31/01/2017	0,00€

No ano de 2012 o município reduziu os pagamentos em atraso em 2.596.739,11€. -----

No ano de 2013 o município reduziu os pagamentos em atraso em 929.174,46€. -----

No ano de 2014 o município reduziu os pagamentos em atraso em 88.042,53€. -----

Deste montante, encontra-se ainda em dívida o valor de 40.436,29€, referente a documentos que, por razões imputáveis aos fornecedores/credores, ainda não tinham sido regularizados pelo que foram excepcionados dos pagamentos em atraso. -----

Em reunião de Câmara de 5 de dezembro de 2016, foi deliberado proceder-se à anulação dos cabimentos, compromissos e documentos credores no montante de 36.682,47€, por incumprimento dos fornecedores/credores. À presente data subsistem ainda documentos em dívida no montante de 3.753,81€ que se encontram excepcionados dos pagamentos em atraso. -----

Relativamente ao serviço da dívida:-----

Em 2013 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 174.983,98€ dos quais 133.954,43€ correspondem a amortização e 41.029,55€ correspondem a juros.-----

Em 2014 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 217.103,20€ dos quais 166.685,62€ correspondem a amortização e 50.417,58€ correspondem a juros.-----

Em 2015 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 208.330,52€ dos quais 161.867,90€ correspondem a amortização e 46.462,62€ correspondem a juros. Procedeu ainda à amortização extraordinária no montante de 190.755,78€.-----

Em 2016 o Município procedeu ao pagamento de prestações no valor de 183.347,59€ dos quais 144.526,46€ correspondem a amortização e 38.821,13€ correspondem a juros.-----

O montante em dívida à data de 31 de Dezembro de 2016 é de 1.445.264,66€.-----

Relativamente às medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro:-----

- Foi feita a revisão do tarifário de águas, saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos;-----

- No seguimento da aprovação pela Câmara Municipal em 26 de Outubro de 2016 e da Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2016, das propostas relativas à execução orçamental para o ano de 2017, foi aprovada em reunião de Câmara do dia 20 de Fevereiro de 2017 a atualização da tabela de taxas, tarifas e licenças municipais por aplicação do fator de atualização do Índice de preços do consumidor de 1,01931090033293 a aplicar a partir de 01 de Março de 2017;-----

- Relativamente à receita liquidada referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis:-----

Ano	Receita IMI Cobrada	Acréscimo de IMI	Receita de IMI dos Prédios Avaliados no âmbito da AG	Varição do IMI resultante do Processo de Avaliação Geral Comunicado pela AT
2012	377.923,91€	17.187,67€	92.203,72€	
2013	498.744,87€	120.820,96€	171.383,21€	79.179,49€
2014	546.756,50€	48.011,63€	188.836,52€	96.632,80€
2015	561.577,9 €	14.821,41€	148.813,94€	56.610,22€
2016	496.799,43€	-64.778,48€	*	

*A informação não foi disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

Até 31 de março de 2017, o município recebeu de IMI o valor de 13.779,27€ enquanto no período homólogo de 2016 tinha recebido o valor de 7.607,81€ pelo que existe um acréscimo de 6.171,46€.

-As rendas e concessões de edifícios foram atualizadas de acordo com os regulamentos existentes e pela aplicação do coeficiente de actualização de 1,0054 fixado pelo aviso n.º 11562/2016, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, no D.R., 2ª Série n.º 183, de 22/09/2016, com efeitos a partir do mês de Janeiro de 2017;-----

-Sempre que possível o município tem efetuado aquisições de bens recorrendo à Central de Compras de forma a reduzir as despesas de funcionamento através da agregação de necessidades;-----

-Relativamente à redução de subsídios e transferências para terceiros no ano de 2012 foram com prometidos 896.811,11€ e em 2013 foram comprometidos 787.163,52€ pelo que se verificou um decréscimo de 109.647,59€. No ano de 2014, foram com prometidos 742.155,55€ pelo que, relativamente a 2013, verificou-se um decréscimo de 45.007,97€. No ano de 2015, foram comprometidos 692.148,47€ pelo que, relativamente a 2014, verificou-se um decréscimo de 50.007,08€. No ano de 2016 foram comprometidos 670.285,46€ pelo que, relativamente a 2015, verificou-se um decréscimo de 21.863,01€. No ano de 2017 a redução de subsídios e transferências para terceiros vai ser executada ao longo do ano.-----

Penela, 19 de abril de 2017.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

6. CONTA DE GERÊNCIA 2016: Foram presentes os documentos de Prestação de Contas do ano de 2016, elaborados de acordo com as disposições legais constantes no Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, discriminados na deliberação. Foi ainda presente o relatório do Revisor Oficial de Contas Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, SA do qual o executivo tomou conhecimento.-----

Pelo senhor Presidente foram explicados os documentos de prestação de contas, salientando alguns aspetos mais relevantes, pelo que se transcreve o texto da sua apreciação:-----

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ANO FINANCEIRO 2016-----

NOTA PRÉVIA-----

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.-----

Em conformidade com as considerações técnicas e normativas, designadamente, a Lei das Finanças Locais, o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão Deliberativo Municipal um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Penela, bem como salientar as actividades e investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano de 2016.-----

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o Relatório de Gestão do exercício de 2016 é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos à persecução das actividades desenvolvidas pelo Município de Penela e a eficácia na realização dos objectivos inicialmente aprovados.-----

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas em apreço foram ainda tidas em devida conta, além do citado POCAL, as disposições da Lei das Finanças Locais, bem como toda a legislação integrada no perímetro da administração pública local.-----

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Penela no ano de 2016 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.-----

Nestes termos,-----

O relatório de gestão inclui a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos.-----

Estes são, muito em suma, os objetivos do presente instrumento de trabalho e que nos cumpre sublinhar nesta mensagem.-----

O ano de 2016 foi, em termos gerais, pautado por uma continuidade de racionalização dos custos, tendo sido avaliados diversos custos de funcionamento e adotadas as concomitantes soluções a porem em prática, bem assim, foram avaliados os resultados obtidos, atento o princípio da economia das operações.-----

Podemos também referir que em 2016 demos continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito das linhas estratégicas fundamentais para o desenvolvimento do concelho, definidas desde o início do mandato, em 2013, e que se sintetizam numa visão do território como um espaço de potencialidades a desenvolver nos sectores estratégicos.-----

Na valorização do território e na sua projecção regional e nacional através da capacitação dos seus factores distintivos como a identidade e património o ano de 2016 caracterizou-se por uma diminuição do investimento de capital.-----

Comparado com o ano anterior houve uma diminuição significativa das receitas de capital e do investimento, determinado pelo atraso na execução do Quadro Comunitário de Apoio nas suas múltiplas componentes, seja no âmbito do Portugal 2020, do Programa Operacional Regional, dos programas e projectos contratualizados com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ou os derivados da estratégia da BLBC Terras de Sícó, verificando-se um congelamento das fontes de financiamento.-----

Apesar deste constrangimento a que somos alheios este foi um ano em que concluímos um dos maiores investimentos públicos municipais – HIESE – e iniciámos um conjunto de investimento nas infraestruturas básicas, na área de água e saneamento.-----

Apesar de tudo em 2016 a despesa corrente correspondeu a 78,33% das despesas, enquanto a despesa de capital representa um valor de 21,67%. Considerando que a receita corrente representa 91,66% das receitas cobradas, o Município tem através da poupança corrente encaminhado verbas para investimento de capital.-----

É missão do executivo o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, potenciando a qualidade de vida dos cidadãos e aumentando as oportunidades destes., sendo os seus princípios de actuação caracterizados pela:-----

QUALIDADE (Focalização no serviço a prestar ao munícipe e nas suas necessidades atuais e futuras)-----

RESPONSABILIDADE (Dedicação e lealdade à missão de serviço público)-----

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO-----

EFICÁCIA NA GESTÃO-----

SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL-----

SUSTENTABILIDADE (Cuidar do presente e do futuro de Penela, conciliando a visão e o estratégico das necessidades de hoje sem comprometer o futuro)-----

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS:-----

1. Consolidar Penela como um território atrativo para viver e trabalhar, multiplicando oportunidades e reproduzindo progresso, generalizando a igualdade de oportunidades e promovendo a solidariedade e bem-estar social para todos. Construir um território, qualificado e inovador, ganhando dimensão crítica relevante.-----

2. Promover Penela como território de investimento, competitividade e inovação, consolidando e densificando as redes de desenvolvimento temáticas em que se encontra, firmando a estratégia de captação de investimento.-----

3. Consolidar Penela como um território de desenvolvimento turístico, designadamente do Turismo de Natureza e do Touring Cultural;-----

4. Aprofundar o modelo de governação municipal, apostando na qualificação do serviço público próximo do cidadão, valorizando os recursos humanos e equilibrando a situação financeira da autarquia, apostando no equilíbrio da situação financeira da autarquia, com a introdução de medidas adequadas à racionalização e contenção da despesa pública municipal e de aumento da receita, de forma a garantir a prossecução dos investimentos necessários à concretização da estratégia municipal e de modo a que a autarquia possa cumprir com os compromissos assumidos.-----

5. Promover o reforço da competitividade do concelho de Penela, reforçando o seu papel na região e no país, reforçando a sua identidade e potenciando as suas "marcas distintivas".-----

6. Criar oportunidades, desenvolver e aprofundar a solidariedade, apostando nos setores culturais, no ambiente e na educação.-----

7. Melhorar a eficiência e a reatividade da rede social na sinalização, acompanhamento e apresentação de soluções para os cidadãos que estejam em situação de exclusão social ou mais desprotegidos.-----

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS-----

1-A prestação de contas aos eleitos é dos actos mais nobres do exercício autárquico, mostrar o que se fez, como se geriram os dinheiros públicos, dar transparência à governação.-----

Constitui um dos momentos anuais mais importantes e responsabilizantes da nossa política municipal. Momento de balanço, sempre necessário, além de legal. Neste contexto nacional, em que as contas públicas e a terminologia financeira são tão comentadas parece que ainda tem maior importância o escrutínio da conta de gerência.-----

Não obstante a conjuntura económica e financeira do País e da Europa, óbice para alguma das nossas realizações, a avaliação das nossas contas é claramente evidenciadora pela positiva daquilo que persistimos em fazer e fizemos, agora com a especial resiliência e controlo que nos é exigido.-----

2. Em 2011 Portugal mudou. Os exercícios desde 2013 são reflexo e consequência dos novos modelos organizacionais e de governança que as autarquias, obrigatoriamente, adoptaram.-----

Em 2016 encurtámos a falibilidade dos compromissos previsionais e a afinação contínua do planeamento orçamental que nos permitiu melhorar, significativamente, os níveis de execução orçamental. Melhorámos, de resto, relativamente a 2015 e apresentámos em dois anos consecutivos uma taxa de execução orçamental superior a 85%.-----

O orçamento de 2016 foi, de todos, o Orçamento Municipal que mais se aproximou dos valores reais (de receita e despesa) e que nos permite ser mais eficiente e ter maior controlo sobre os recursos municipais.-----

3. Fazemos esta análise retrospectiva após a aprovação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso: após o choque inicial, está a determinar uma efectiva revolução na gestão autárquica.-----

Temos vindo ao longo do tempo a adaptar os nossos documentos previsionais: Apresentámos para 2016 o orçamento municipal que previa uma arrecadação bastante superior ao verificado. Cuidámos

que após a transição de quadros comunitários, 2016 seria um ano de execução de projectos e programas sinalizados na estratégia municipal e sub-regional. Como é sabido a execução das receitas de capital está fortemente condicionada por factores externos, considerando a proeminência que tem o quadro comunitário de apoio – Portugal 2020.-----

Adaptamos, cortamos e racionalizamos despesas, atividades e apoios. A poupança na despesa corrente liberta-nos meios para investir e melhorar a competitividade do território!-----

O mundo autárquico está consideravelmente diferente e nós soubemos adaptar-nos, sem comprometer a estratégia de desenvolvimento que delineámos. -----

4. Focalizando no nosso Município, neste contexto nacional recessivo e de cortes/controlado brutal das contas públicas centrais e locais, são felizmente diferentes alguns sinais positivos deste longo Relatório de Gestão e de Prestação de Contas de 2016, destacando convergência para o reconhecido equilíbrio da saúde financeira do Município de Penela, sem prejuízo do investimento capital, que ainda assim, fruto da diminuição das despesas correntes, garantimos! E reconheçamos que apesar do atraso verificado no Quadro Comunitário de Apoio e do ano de 2016 ser um ano (quase) perdido na implementação do novo ciclo de financiamento dos fundos de coesão europeus e de por via disso, termos visto reduzidas as transferências de capital, facto que é comum e, facilmente, compreensível em períodos de transição de quadros comunitários, assegurámos um conjunto de projectos e executámos algumas obras essenciais para a melhoria da qualidade de vida e competitividade do território, designadamente na área do saneamento e abastecimento de água e dos espaços de acolhimento empresarial.-----

5. Um indicador é exemplar: O equilíbrio orçamental (calculado segundo a metodologia POCAL) ----- Vale a pena sublinhar: Penela é um Município em que a receita corrente suporta a despesa corrente (a despesa corrente são todas as despesas de carácter permanente e afectam o património não duradouro da autarquia, designadamente pessoal, aquisição de bens e serviços e amortização média de empréstimos). As nossas receitas correntes em 2016 foram de 5.746.456,39€ e a despesa corrente de 4.912.041,55€! Importa registar a tendência que se tem verificado, atentas as regras de boa-gestão, libertar meios para a despesa de capital. -----

No período actual em Portugal, por certo todos os Penelenses gostarão de saber que em 2015, a sua Câmara Municipal apresenta a Poupança Corrente de 834.414,84€. -----

6. Uma nota para as despesas com o pessoal, que representam 31,00% do total das despesas. Uma nota com a variação de mais 18.438,96€ de encargos com recursos humanos, determinado com acréscimo associado à Segurança Social e despesas com a assistência na doença. Em 2016 o número de funcionários (calculado de acordo com a metodologia da DGAL) é de 103 funcionários verificando-se uma diminuição quando comparado com o exercício de 2015 (105 funcionários).-----

7. Uma referência para o esforço e concentração no que se refere ao Quadro de Referência Estratégia Nacional. -----

O Município de Penela desenvolveu um conjunto de bons projectos para colher reconhecimento e aprovação de participações comunitárias. -----

Essa tem sido uma preocupação e uma prioridade no sentido de captar o máximo de financiamento comunitário. Fruto da transição dos instrumentos financeiros e com os programas de apoio associado ao novo quadro comunitário de apoio e de alguns dos seus programas, 2016 foi um ano em que os municípios foram prejudicados no ratio de captação de fundos comunitários.-----

É esse o facto que justifica a baixa execução orçamental de capital, registando-se uma receita de capital de 522.333,38€ em 2016, quando em 2015 foi de 1.462.878,66€. Registamos, pois uma variação negativa de 940.545,28€. -----

Sobre a Execução Orçamental da Despesa (grau de execução de despesa paga) está situada nos 86,60%! A Execução Orçamental de Receita está situada nos 87,19%, cumprindo com as determinações da Lei 73/2013.-----

8. Apesar da nossa obrigação de ajustamento a esta realidade em plano inclinado, conseguimos, em contraciclo, uma performance de investimento de 1.359.233,13€, substancialmente superior à receita de capital arrecadada que foi de 522.333,38€. Comparado com o ano de 2015 em que tivemos uma despesa de capital paga de 2.568.661,66€, tendo sido em 2014 de 1.556.183,98€ €, não se pode deixar de registar uma diminuição-----

9. Realce-se os ratios orçamentais do binómio entre a receita de capital e a despesa de capital! Em 2016 a despesa de capital (1.359.233,13€) foi 38,43% superior à receita de capital (522.333,38€) -----

10. Nesta conjuntura de crise, sublinhe-se, os valores executados na redução do serviço da dívida a terceiros em 975.676,56€ (-20,23%), seguindo a política de redução de dívida iniciada em anos anteriores (em 2013 a redução foi de 12,29%, em 2014 foi de 10,93%, em 2015 de 17,59%), consolidando uma estabilização realista do nosso desempenho orçamental.-----

Isto é, reduzimos o stock da dívida em quase um milhão de euros. E se em 2014, 2015 já tínhamos tido um desempenho extraordinário, em 2016, conseguimos, a maior redução percentual de dívida municipal. De registar que reduzimos o prazo médio de pagamentos de 77 dias em 2013 para 66 dias em 2014 e em 2015 para 49 dias. Em 2016 o prazo médio de pagamentos é de 48 dias não registando pagamentos em atraso (dívida vencida há mais de 90 dias).-----

A dívida Municipal era em 31 de Dezembro de 2016 de 3.847.551,52€ e se excluirmos da dívida total as operações não orçamentais, FAM, Subsídios e Subvenções Reembolsáveis é de 3.501.408,62€. Nesta área, reforce-se que, nos últimos 5 anos, essa redução totaliza cerca de 5 milhões de euros. Relembre-se, paralelamente, a capacidade de endividamento que legalmente o Município ainda detém que se estima em 4.582.514,04€.-----

De notar que o passivo do Município é principalmente de médio e longo prazo, não exercendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria. Face a 2015 tivemos uma redução de 11,33% a que corresponde uma variação absoluta de -1.620.124,00€.-----

Uma nota relativamente à classificação da dívida a médio/longo prazo e curto prazo. As dívidas de mlp diminuíram 29,48% e a dívida de cp aumentou 31,84%. Este facto deve-se à reclassificação da dívida de médio/longo prazo que se vence em 2017 como dívida de curto prazo.-----

11. O Município de Penela encerrou as suas contas referente ao exercício económico de 2016 com um resultado líquido negativo de 834.343,88€. Esse facto deve-se, fundamentalmente, aos custos das amortizações do exercício que se cifram em 2.654.201,80€.-----

12. Em conclusão, globalmente verificamos que as Contas de 2016 revelam um esforçado exercício de equilíbrio orçamental, visível no facto da receita corrente ser sustentadamente superior à despesa corrente e com níveis de investimento assinaláveis.-----

Isto é, apresentamos boas contas.-----

13. Assim se alicerça o Futuro de Penela, sempre na firme convicção e prática de que, sobretudo nestes tempos de contenção e recuperação económica, a melhoria contínua do Município tem de começar cá dentro, cuja sucessiva capacitação também se demonstra com este documento, a submeter à Assembleia Municipal e, daí, à população do Município para melhor ajuizar sobre quem somos e o que fazemos na difícil gestão do Condomínio Municipal.-----

14. A execução das GOP por setor de atividade, revelam as prioridades de investimento municipal. De notar o investimento nas infra-estruturas básicas (32%), na educação (16%), no Ambiente e Proteção Civil (13%) e no desenvolvimento económico (15%).-----

15. São factos e números muito relevantes, claramente permitindo concluir que todos fomos capazes de ultrapassar o difícil desafio de ajustamento aos novos modelos, necessidades e variações na governação autárquica.-----

16. Por fim, fomos capazes de mobilizar para a conclusão de que, nestes anos, o Município de Penela se desenvolveu sustentavelmente, tem melhor qualidade de vida.-----

E, sobretudo, olhando o Futuro, tem hoje muito mais recursos (sociais, culturais, desportivos, económicos e ambientais) para continuar a progredir.-----

Penela merece!-----

----- O senhor Vereador Paulo Roxo, referiu que naturalmente, aquando da aprovação do Orçamento os vereadores do Partido Socialista votaram contra, estando agora perante um documento de execução, cujas razões invocadas pelo senhor Presidente *valem o que valem*. Ainda assim não teve a execução que se pretendia pelo que se prejudicou os munícipes pela sua *não execução*, razão pela qual se irá abster na votação.-----

----- O senhor Presidente da Câmara salientou, ainda, o excelente trabalho prestado pelos serviços de contabilidade na elaboração da conta de gerência/relatório, com um conjunto de novos quadros que ajudam na melhor perceção das contas. Também o grau de execução do orçamento, em parte, se deve ao reconhecimento do seu trabalho, nos últimos tempos.-----

----- O senhor Vereador Paulo Roxo deixou, também, uma nota de satisfação pelo trabalho executado pela equipa dos Revisores e pelas anotações efectuadas ao longo da sua execução.-----

----- De seguida foram colocados à votação os diferentes documentos, que mereceram as seguintes deliberações.-----

6.1 – BALANÇOS, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANÁLISE E VOTAÇÃO: Foram apresentados ao órgão executivo os documentos que constituem as Contas Finais da Gerência, que se encontram integralmente elaborados, relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro de dois mil e dezasseis, para efeitos de discussão e votação, a fim de ser apresentada ao respetivo órgão deliberativo e posterior remessa ao Tribunal de Contas e demais entidades.

Verificou-se que o documento em apreciação indicava os seguintes valores: -----

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR: -----

- Da Conta Execução Orçamental: 49.911,80€ (quarenta e nove mil, novecentos e onze euros e oitenta cêntimos);

- Da Conta Operações de Tesouraria: 174.003,33€ (cento e setenta e quatro mil, três euros e trinta e três cêntimos);

- Em Documentos de Cobrança: 62.118,58 (sessenta e dois mil, cento e dezoito euros e cinquenta e oito cêntimos).

- **SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:** -----

- Da Conta Execução Orçamental: 49.893,14€ (quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e três euros e catorze cêntimos);

- Da Conta Operações de Tesouraria: 175.636,95€ (cento e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis euros e noventa e cinco cêntimos).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS-----

CUSTOS E PERDAS: -----

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: 274.618,64€ (duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e dezoito euros e sessenta e quatro cêntimos).

Fornecimentos e Serviços Externos: 1.797.000,65€ (um milhão, setecentos e noventa e sete mil euros e sessenta e cinco cêntimos).

Custos com o Pessoal: -----

- Remunerações: 1.512.863,46€ (um milhão, quinhentos e doze mil, oitocentos e sessenta e três euros e quarenta e seis cêntimos).

- Encargos Sociais: 391.736,87€ (trezentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e seis euros e oitenta e sete cêntimos).

~~Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais: 474.277,66€ (quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos).~~ -----

Amortizações do Exercício: 2.654.201,80€ (dois milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e um euros e oitenta cêntimos).

Provisões do exercício: 12.677,60€ (doze mil, seiscentos e setenta e sete euros e sessenta cêntimos).

Outros custos e perdas operacionais: 6.262,25€ (seis mil, duzentos e sessenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos);

Custos e Perdas Financeiros: 54.834,42€ (cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos).

Custos e Perdas Extraordinários: 202.158,89€ (duzentos e dois mil, cento e cinquenta e oito euros e oitenta e nove cêntimos).

TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS: 7.380.632,24€ (sete milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e dois euros e vinte e quatro cêntimos).

PROVEITOS E GANHOS: -----

Vendas e Prestações de Serviços: -----

Vendas de Produtos: 239.436,49€ (duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis euros e quarenta e nove cêntimos).

Prestações de Serviços: 355.722,41€ (trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois euros e quarenta e um cêntimos).

Reembolsos e restituições: -1.024,40€ (mil e vinte e quatro euros e quarenta cêntimos) negativos.

Impostos e Taxas: 734.145,37€ (setecentos e trinta e quatro mil, cento e quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos).

Proveitos suplementares: 1.100,00€ (mil e cem euros). -----
Transferências e Subsídios Obtidos: 4.159.259,11€ (quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove euros e onze cêntimos). -----
Outros Proveito e Ganhos operacionais: 210.387,52€ (duzentos e dez mil, trezentos e oitenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos). -----
Proveitos e Ganhos Financeiros: 269.968,07€ (duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e oito euros e sete cêntimos). -----
Proveitos e Ganhos Extraordinários: 577.293,79€ (quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três euros e setenta e nove cêntimos). -----
TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS: 6.546.288,36€ (seis milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito euros e trinta e seis cêntimos). -----
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - 834.343,88€ (oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos), negativos. -----
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL -----
RECEITA COBRADA LIQUIDA: 6.314.415,79€ (seis milhões, trezentos e catorze mil, quatrocentos e quinze euros e setenta e nove cêntimos). -----
ENTRADA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 389.272,35€ (trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos). -----
RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA: 16,50€ (dezasseis euros e cinquenta cêntimos). -----
DESPESA EFETUADA: 6.271.274,68€ (seis milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos). -----
SAÍDA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA: - 387.638,73€ (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito euros e setenta e três cêntimos). -----
RECEITA VIRTUAL COBRADA: - 16,50€ (dezasseis euros e cinquenta cêntimos). -----
BALANÇO -----
ACTIVO -----
Imobilizado: -----
Bens do Domínio Público: 13.813.955,85€ (treze milhões, oitocentos e treze mil, novecentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos). -----
Imobilizações Corpóreas: 18.124.368,81€ (dezoito milhões, cento e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e oito euros e oitenta e um cêntimos). -----
Investimentos Financeiros: 479.989,72€ (quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e nove euros e setenta e dois cêntimos). -----
Mercadorias: 20.377,89€ (vinte mil, trezentos e setenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos). -----
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo: 118.016,19€ (cento e dezoito mil, dezasseis euros e dezanove cêntimos). -----
Depósitos em Instituições Financeiras: 224.897,54€ (duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos). -----
Caixa: 632,55€ (seiscentos e trinta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos). -----
Acréscimos e diferimentos: 843.379,51€ (oitocentos e quarenta e três mil, trezentos e setenta e nove euros e cinquenta e um cêntimos). -----
TOTAL DO ATIVO: 33.625.618,06€ (trinta e três milhões, seiscentos e vinte cinco mil, seiscentos e dezoito euros e seis cêntimos). -----
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO -----
FUNDOS PRÓPRIOS: -----
Património: 40.139.107,92€ - (quarenta milhões, cento e trinta e nove mil, cento e sete euros e noventa e dois cêntimos). -----
Ajustamento de partes de capital em empresas: 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta euros). -----
SUBSÍDIOS: 56.758,02 (cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e oito euros e dois cêntimos). -----
RESULTADOS TRANSITADOS: -18.416.083,81 (dezoito milhões, quatrocentos e dezasseis mil, oitenta e três euros e oitenta e um cêntimos) - negativos. -----
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: -834.343,88€ (oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos) - negativos. -----
PASSIVO: -----
Dívidas a Terceiros: -----

Médio e Longo Prazos: 2.887.834,25€ (dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e quatro euros e vinte cinco cêntimos). -----

Curto Prazo: 959.717,27 (novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e dezassete euros e vinte sete cêntimos). -----

Acréscimos de custos: 352.040,50 (trezentos e cinquenta e dois mil, quarenta euros e cinquenta cêntimos). -----

Proveitos Diferidos: 8.475.837,79 (oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e sete euros e setenta e nove cêntimos). -----

Foram apresentados todos os documentos de prestação de contas, integralmente elaborados, elencados no anexo I da Resolução do Tribunal de Contas, número quatro barra dois mil e um – segunda secção, de doze de Julho e Resolução do Tribunal de Contas, número quatro barra dois mil e quatro, alterada pela Resolução número seis, dois mil e treze. -----

Os referidos documentos encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

Feita a respetiva análise pelos membros presentes, passou-se à discussão dos referidos documentos de gestão. -----

----- Colocados os documentos à votação foram os mesmos aprovados por maioria, com a abstenção do senhor Vereador do Partido Socialista, Paulo Roxo. -----

----- Mais deliberou submeter os resultados à aprovação do órgão deliberativo. -----

6.2 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - A gerência do ano de dois mil e dezasseis apresentou um Resultado Líquido do Exercício no valor de -834.343,88€ (oitocentos e trinta e quatro mil, trezentos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos - negativos). -----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador do Partido Socialista, Paulo Roxo, aprovar este valor que nos termos do números dois ponto sete ponto três ponto um e, dois ponto sete ponto três ponto dois do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro traço A, barra noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, transitará para Resultados Transitados. -----

----- Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo. -----

6.3 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES - ANÁLISE E VOTAÇÃO: Feita a apresentação pelo senhor Presidente, passou-se à discussão dos documentos de execução anual: -----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

Montante Previsto: 868.000,00€ (oitocentos e sessenta e oito mil euros). -----

Montante Executado: 478.918,94€ (quatrocentos e setenta e oito mil, novecentos e dezoito euros e noventa e quatro cêntimos). -----

ATIVIDADES MAIS RELEVANTES: -----

Montante Previsto: 2.460.003,00€ (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil e três euros). -----

Montante Executado: - 2.098.967,04€ (dois milhões, noventa e oito mil, novecentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos). -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO: -----

Montante Previsto: 3.328.003,00€ (três milhões, trezentos e vinte e oito mil e três euros). -----

Montante Executado: 2.577.885,98€ (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e oito cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com a abstenção do senhor Vereador do Partido Socialista, Paulo Roxo. -----

----- Mais deliberou submeter os referidos documentos à aprovação do órgão deliberativo. -----

6.4 - RELATÓRIO DE GESTÃO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi presente para análise e discussão o Relatório de Gestão respeitante ao ano de dois mil e dezasseis. -----

----- Após apreciação passou-se à votação do referido documento, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador do Partido Socialista, Paulo Roxo, aprovar o referido relatório de gestão. -----

----- Mais deliberou submeter o relatório de gestão à aprovação do órgão deliberativo. -----

7. REQUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS À VILLA ROMANA DO RABAÇAL. REPROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA: Pelo senhor Presidente foi presente uma informação dos serviços, com vista à reprogramação física e financeira da obra de Requalificação dos acessos à Villa Romana do Rabaçal. Explicou que dado a Câmara Municipal não ter capacidade financeira para executar tal projeto, uma vez não existirem fundos, será difícil de concretizar. Espera vir a poder candidatá-la mas, na melhor das hipóteses, só em 2018 existirão condições para submeter a candidatura do projeto no âmbito do Portugal 2020.

Assunto: Requalificação dos acessos à Villa romana do Rabaçal.

Reprogramação física e financeira

Proposta

Em julho de 2011 foi aberto procedimento por concurso público para a empreitada em epígrafe, com o preço base de € 297.503,03, de forma a dotar este projeto, estruturante para o património da Villa romana do Rabaçal, do nível de maturidade que proporcionasse uma boa classificação em sede de candidatura a comparticipação de fundos estruturais enquadrada no PROVERE Villa Sicó.

O procedimento seguiu a tramitação normal tendo sido adjudicado a Gadanha Pavimentos, Lda em 27-02-2012, por € 251.869,45 que, acrescido de IVA, perfaz o montante total de € 266.981,62.

Entretanto, o contrato não foi reduzido a escrito, em virtude de não terem aberto as candidaturas de projetos no âmbito do PROVERE, mantendo-se o adjudicatário regularmente informado do ponto de situação relativamente ao financiamento do projeto.

Na sequência de informações que apontavam para a inexistência de candidaturas no ano económico de 2013 e a previsão da sua abertura para finais do primeiro trimestre de 2014, em 17 de abril de 2013 a Câmara Municipal aprovou a reprogramação física e financeira do projeto para o ano de 2014.

Posteriormente, em reunião de 18 de agosto de 2014, na expectativa da execução da empreitada poder vir a ser comparticipada em sede de Overbooking, na primeira metade de 2015, a Câmara Municipal aprovou a reprogramação física e financeira do projeto para o ano de 2015, em reunião de 6 de abril de 2015, aprovou as referidas reprogramações para 2016 e, em 20 de junho de 2016, para 2017, na expectativa do mesmo poder vir a beneficiar dos fundos do Portugal 2020, facto que, pelos elementos já disponíveis, não tem viabilidade de concretização.

Assim, em 2017, continuam a não estar reunidas as condições financeiras que permitam executar a referida empreitada no corrente ano.

Levando em consideração que, por força da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA) e o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho (estabelece as normas de aplicação da LCPA), que vieram introduzir no ordenamento jurídico um conjunto de normas de aplicação obrigatória em matéria de despesa pública, nomeadamente na assunção de compromissos, a existência de qualquer projeto nas circunstâncias em que se encontra a "Reabilitação dos Acessos à Villa romana do Rabaçal" constitui um forte constrangimento ao desenvolvimento de outros projetos;

Considerando que, desde o primeiro momento, este projeto sempre foi enquadrado numa estratégia de valorização do território ancorável nos programas de apoio comunitário, nomeadamente o PROVERE, nunca se equacionando, sequer, a sua realização sem este tipo de apoio financeiro.

Considerando que o Município não pode disponibilizar a totalidade dos recursos financeiros necessários à execução do projeto;

Considerando que, na melhor das hipóteses, só em 2018 existirão condições para submeter a candidatura do projeto no âmbito do Portugal 2020;

Considerando que o peso excessivo do compromisso com este projeto para o cálculo dos fundos disponíveis, constitui um obstáculo ao desenvolvimento de outras ações;

Considerando a disponibilidade, já expressamente manifestada pelo adjudicatário, para manter a validade da sua proposta;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

a) aprovar a reprogramação física e financeira da empreitada de "Requalificação dos acessos à Villa romana do Rabaçal" para o ano de 2018, com efeitos imediatos;

b) submeter à ratificação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto no artigo 6º, nº 1, alínea c), da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a reprogramação física e financeira da empreitada de

"Requalificação dos acessos à Villa romana do Rabaçal" para o ano de 2018 e o consequente descomprometimento da respetiva despesa no corrente ano de 2017 e a inscrição do compromisso em 2018.

À consideração superior.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Paulo Roxo, aprovar a reprogramação física e financeira da empreitada "Requalificação dos acessos à Villa romana do Rabaçal" para o ano de 2018, com efeitos imediatos. Mais deliberou submeter o assunto à Assembleia Municipal, de acordo com o proposto na informação dos serviços.

8. MODIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS. 2ª REVISÃO: Pelo senhor Presidente foi efetuada breve explicação sobre os reforços e anulações, em algumas rubricas, constantes da presente revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, tendo a Câmara deliberado o seguinte:.....

8.1 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a segunda Revisão das Grandes Opções do Plano para o corrente ano com reforços iguais a anulações no valor de 429.980,00€ (quatrocentos e vinte e nove mil, novecentos e oitenta euros).

Para o ano de 2018 com reforços de 266.980,00€ (duzentos e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta euros).

..... Mais deliberou submeter o documento à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 33, conjugada com a alínea a), do n.º 1, do art.º 25, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

8.2 - ORÇAMENTO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador do Partido Socialista, aprovar a segunda Revisão ao Orçamento para o corrente ano, com REFORÇOS na RECEITA no valor de 299.883,14€ (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e três euros e catorze cêntimos) e no orçamento da DESPESA com REFORÇOS no valor de 525.363,14€ (quinhentos e vinte cinco mil, trezentos e sessenta e três euros e catorze cêntimos) e ANULAÇÕES de 225.480,00€ (duzentos e vinte cinco mil, quatrocentos e oitenta euros).

Mais deliberou submeter o documento à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 33, conjugada com a alínea a), do n.º 1, do art.º 25, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

9. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente o relatório de execução do Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, cujo texto adiante se transcreve, lembrando ter o respectivo regulamento sido aprovado em dois mil e nove.

Referiu que, para dar cumprimento ao Plano foi dado grande importância à formação, em especial nas áreas da contratação pública, contabilidade, ordenamento do território, urbanização e edificação, atendimento ao público e código do procedimento administrativo, áreas mais sensíveis e mais sujeitas a pressões e constantes mudanças em termos legislativos. Salientou o reconhecimento da certificação da qualidade dos serviços, com a aplicação da norma ISO 9001 de 2008, e a sua relevância para a prossecução das metas do Plano. Salientou também o controlo contabilístico, financeiro e patrimonial que foi reforçado com a aplicação do Regulamento de Controlo Interno Como fator menos positivo referiu-se à anulação do procedimento para implementação da acção de modernização administrativa (intentada por um concorrente), que originou a perda de financiamento e à não implementação da contabilidade por centro de custos, por falta de recursos humanos tecnicamente habilitados para o efeito, avançando eventual recurso a ajuda externa.

"Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório".....

Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGCLC) 2015.....

Introdução.....

A Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção, que tem como objetivo desenvolver uma atividade de prevenção da corrupção e infrações conexas.

O Conselho de Prevenção da Corrupção deliberou, através da Recomendação nº 1/2009, de 1 de julho, publicada na 2ª série do DR nº 140, de 22/07/2009, que "os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiro, valores ou património públicos devem elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas, sendo estes planos sujeitos a acompanhamento mediante a elaboração de um relatório sobre a sua execução".

Nesse sentido foi aprovado em reunião da Câmara Municipal de Penela de 07/12/2009 e em reunião da Assembleia Municipal de 22/12/2009, o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGCIC) do Município de Penela.

A monitorização do PPRGCIC foi efetuada tendo por base as atividades e as medidas constantes do Plano.

2- Metodologia

O presente Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGCIC) foi elaborado com base na observação, compilação e organização de toda a informação disponível.

3 – Compromisso Ético

Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos, os funcionários e demais colaboradores do município, bem como no seu contacto com as populações, assentam, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta Ética da Administração Pública publicada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 47/97, de 22/06/2009.

A saber: ---

- Integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir;
- Comportamento profissional;
- Consideração ética nas ações;
- Responsabilidade social;
- No exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções no Município ou criar situações de conflitos de interesses;
- Promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;
- Respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares;
- Manutenção da mais estrita isenção e objetividade;
- Transparência na tomada de decisões e na difusão da informação;
- Publicitação das deliberações municipais e das decisões dos membros dos órgãos;
- Igualdade no tratamento e não discriminação;
- Declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções.

4. Divulgação e Formação do PPRGCIC

Para que pudesse ser dado cumprimento às medidas propostas no PPRGCIC, mas fundamentalmente numa perspetiva de melhoria contínua dos serviços do Município através do desempenho profissional dos seus colaboradores, foi estimulada a frequência de diversas ações de formação com temáticas específicas, nomeadamente:

. Contabilidade

. Urbanismo e Ordenamento do território

•Contratação Pública

•Gestão de Recursos Humanos

•Saúde e Ação Social

•Educação

•Turismo e Cultura

No ano de 2016 foram ministradas 337 horas de formação a 27 participantes

Ação de Formação	Total de Horas	Nº participantes
As implicações do OE para 2016 no regime do emprego público: articulação entre a LOE e a LTFP	7	1
CAM (Motoristas de Veículos de Mercadorias)	35	3

Congresso Internacional de Serviço Social: "Serviço Social, uma profissão dos Direitos Humanos"	14	1
Normativo SNC-AP	8	1
O SNC-AP nos Municípios	14	1
Primeiros socorros pediátricos	21	1
Cultura e Turismo - Rede de Castelos e Muralhas do Mondego	14	1
Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Território (RJIGT)	7	1
Reporte de Contas e Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos	7	2
Revisão do CCP e Acordos Quadro	7	4
Seminário "Impacto do SNC-AP nas Autarquias Locais"	7	2
Seminário PNPOT	7	1
Temas de Museologia: Comunicação em museus	7	1
Temas de Museologia: Marketing digital	7	1
Temas de Museologia: Serviços Educativos	7	1
VII Congresso de Alcoologia	21	1
Workshop formação SNC-AP	14	2
Workshop técnico	7	2

Não menos relevante para a prossecução das metas do Plano foi, na sequência da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, a renovação da certificação ISO 9001:2000 dos serviços municipais (certificado de Conformidade APCER: nº. 2010/CEP.3603 e Certificado IQNet – International Certification Network emitidos em 05/04/2016).

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PF - Pouco frequente; I - Inexistente)					
Riscos Identificados	Frequência do Risco:	Medidas Propostas	identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Setor de Aprovisionamento				
Principais Atividades:	Inventariar as necessidades; identificar os bens necessários à satisfação daquelas; propor os procedimentos de aquisição; organizar e gerir os stocks.				
Aquisição de bens sem aprofundada avaliação das necessidades	F	Criação de um sistema estruturado de avaliação das necessidades envolvendo os diferentes níveis hierárquicos de cada unidade orgânica ou setor	José Paz	Sim	Regulamento de controlo interno; Ficha de necessidades
Baixo índice de análise prévia do mercado para identificação dos preços correntes	F	Criação de uma base de dados de bens contendo as especificações técnicas e preços (correntes e praticados em anteriores aquisições)	José Paz	Sim	O Sistema de Gestão de Stocks (GES) permite a consulta de fornecimentos anteriores
Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis	F	Criação de instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento, contendo todas as fases do concurso e seus possíveis incidentes.	José Paz	Sim	Tramitação de todos os procedimentos pré-contratuais (à exceção do Ajuste Direto Simplificado) em Plataforma de Contratação Pública
Deficiente controlo interno na área do aprovisionamento quanto à execução dos concursos, gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos.	F	Implementação de sistema informático que operacionalize todas as operações de gestão de stocks e receção e armazenagem de bens e produtos.	José Paz	Sim	Implementação gradual do GES para controlo de existências em stock.

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PF - Pouco frequente; I - Inexistente)					
Riscos identificados	Frequência do Risco:	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Setor Financeiro				
Principais Atividades:	Coordenar e gerir toda a atividade financeira e contabilística do Município				
Despesas objeto de inadequada classificação económica	PF	Criar sistema de contabilidade interna com imputação por centros de custos correspondentes à unidade orgânica de menor grau.	Adelino Marques	Não	Ainda não implementado por manifesta escassez de recursos humanos.
		Mayor responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras.	Adelino Marques	Não	Não foram identificadas situações de incumprimento. Todas as operações contabilísticas são objeto de auditoria externa por ROC.
		Arquitar procedimentos com normas e regulamentos bem definidos.	Adelino Marques	Sim	Norma de controlo interno
		Procedimentos efetivos e documentados	Adelino Marques	Não	Não foram identificadas situações de incumprimento. Todas as operações contabilísticas são objeto de auditoria externa por ROC.

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PF - Pouco frequente; I - Inexistente)					
Riscos identificados	Frequência do Risco:	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Setor do Património				
Principais Atividades:	Gestão dos bens do Município e atualização do cadastro dos bens móveis e imóveis.				
Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens	F	Estabelecimento de critérios de avaliação de bens e da consequente inventariação	José Paz	Não	Não há deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens. Processo auditado por ROC.
UNIDADE ORGÂNICA:	Gabinete de Planeamento Urbanístico e Projetos				
Principais Atividades:	Produzir e acompanhar todas as ações de planeamento urbanístico e de elaboração de projetos				
Ausência de critérios de seleção e contratação de especialistas externos	PF	Criação de um documento guia com os critérios de escolha de especialistas externos para preparação de projetos e cadernos de encargos	Patrícia Mendes	Não	Os critérios são normalmente definidos em sede de procedimento de contratação pública
Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para efeitos de	MF	Consagração escrita de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários.	Patrícia Mendes	Não	Só há recurso a especialistas externos quando o município não dispõe da competência necessária nos seus RH próprios

elaboração dos projetos					
-------------------------	--	--	--	--	--

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PF - Pouco frequente; I - Inexistente)

Riscos identificados	Frequência do Risco	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Setor de Recursos Humanos				
Principais Atividades:	Assegurar os procedimentos de recrutamento, seleção, admissão e administração dos Recursos Humanos; Divulgação de normas com interesse para os trabalhadores; Elaboração dos mapas de pessoal; articulação e secretariado dos júris de concursos; processar vencimentos e outros abonos; Manter organizado o cadastro de pessoal; Registrar e controlar a assiduidade; Coordenar o sistema de avaliação de desempenho.				
Intervenção no procedimento de seleção ou no procedimento de avaliação do pessoal de elementos com relações de proximidade, relações familiares ou de parentesco com os candidatos ou com os avaliados	PF	Criação de regras gerais de rotatividade dos elementos que compõem os júris de concurso, de forma a assegurar que as decisões ou as propostas de decisão não fiquem, por regra, concentradas nos mesmos trabalhadores, dirigentes ou eleitos.	Cristina Castro	Não	Em regra, o júri é composto de acordo com as funções do posto de trabalho a preencher.
		Exigência de entrega de declaração de impedimento, que deverá ser expressa, sob a forma escrita, e apenas ao procedimento em causa.	Cristina Castro	Não	
Utilização excessiva de trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	PF	Elaborar orientações no sentido de não utilização do trabalho extraordinário para suprir necessidades permanentes do Município.	Cristina Castro	Sim	Foram dadas orientações gerais a todos os serviços para redução das horas extraordinárias e criado formulário de pedido e autorização prévia.
Não disponibilização aos interessados de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa aos procedimentos de seleção ou de avaliação de pessoal.	MF	Disponibilização, em local visível de acesso ao público e na página web do Município, do organograma, dos meios de reação ou reclamação que o requerente tem disponíveis, dos prazos de decisão e identificação da entidade decisora.	Cristina Castro	Sim	Relativamente às ações de recrutamento constam do aviso e estão disponíveis na página WEB do Município

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PF - Pouco frequente; I - Inexistente)

Riscos identificados	Frequência do Risco:	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS Setor de Obras Públicas				
Principais Atividades:	Elaboração de projetos de obras municipais; Fiscalização da execução de obras municipais; Licenciamento e fiscalização no âmbito do urbanismo e edificação; Preservação do ambiente; zelar pela limpeza e conservação dos espaços públicos; Execução e manutenção dos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem de esgotos; Fiscalização preventiva do território.				
Incumprimento da execução dos contratos por parte de fornecedores/prestadores e empreiteiros	PF	Criação de modelo de relatório de supervisão e acompanhamento da execução dos diversos contratos e	João Póvoa	Não	Utilizaram-se os procedimentos legalmente estabelecidos de acordo com a tipologia da prestação

		respetiva periodicidade			
Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	F	Definição de critérios uniformes para comunicação de advertência logo que sejam detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	João Póvoa	Sim	Estão a ser monitorizados os prazos e notificados aos adjudicatários.
Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um funcionário	F	Exigência da presença de dois funcionários na inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos	João Póvoa	Sim	Está a ser efetuado o ajustamento de modo a possibilitar a receção dos materiais por mais do que um funcionário.
Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos.	F	Obtenção de declarações de Interesses privados dos funcionários	João Póvoa	Não	Não têm sido identificadas situações de conflitos de interesses privados dos funcionários.
Não existência de uma avaliação "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	MF	Estabelecer um sistema de avaliação "à posteriori".	João Póvoa	Não	São utilizados os sistemas de garantia comercial e as garantias das empreitadas.
Não existência de procedimentos de análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	MF	Implementação de procedimentos de informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades	João Póvoa	Não	Não têm sido identificados sinais de lacunas na informação recolhida.

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PP - Pouco frequente; I - Inexistente)

Riscos identificados	Frequência do Risco:	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
	Setor de Obras Particulares				
Principais Atividades:	Movimentação técnico-administrativa, organização e informação dos processos dos pedidos dos particulares, designadamente no licenciamento de operações de urbanização e edificação, inspeção de elevadores, estabelecimentos de restauração e bebidas, de hotelaria e turismo, de unidades industriais e outros; participar na elaboração, revisão e aplicação dos instrumentos de gestão territorial; Promover a atualização cartográfica.				
Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas	PF	Criação de mecanismos de controlo acrescido do exercício de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos de autorização e licenciamento de operações urbanísticas	João Póvoa	Sim	Obrigatoriedade de todos os colaboradores, que se encontrem nessa situação, pedirem autorização para acumulação de funções públicas e privadas.
Acumulação de funções ou tarefas públicas que (ainda que dentro da própria estrutura do Município) possam comprometer a isenção	MF	Criar regra impeditiva da acumulação de tarefas de apreciação de projetos com funções de fiscalização da respetiva execução e com quaisquer funções no âmbito	João Póvoa	Sim	Apesar da escassez de recursos humanos devidamente habilitados, tem havido a preocupação de a fiscalização da execução

da abordagem do processo.		dos procedimentos contraordenacionais.			não ser efetuada pelos autores dos projetos, exceto o acompanhamento técnico.
		Segregação e rotatividade de funções relativas à apreciação dos processos de obras, sua fiscalização, e participação na eventual instrução de procedimentos contraordenacionais	João Póvoa	Sim	A apreciação dos processos, a fiscalização e a instrução de procedimentos contraordenacionais são sempre efetuados por funcionários distintos.

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PF - Pouco frequente; I - Inexistente)					
Riscos identificados	Frequência do Risco:	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS Setor de Obras Particulares				
Ausência de informação procedimental sistematizada de forma clara e disponível.	MF	Disponibilização, em local visível de acesso ao público e na página web do Município, do organograma, dos meios de reação ou reclamação que o requerente tem disponíveis, dos prazos de decisão e identificação da entidade decisora.	João Póvoa	Não	
		Disponibilização de formulários-tipo relativos aos pedidos de informação procedimental, bem como relativos à apresentação de reclamações, que facilitem a utilização deste tipo de instrumento por parte do particular.	João Póvoa	Sim	Modelos disponíveis na página WEB

(MF - Muito frequente; F - Frequente; PF - Pouco frequente; I - Inexistente)					
Riscos identificados	Frequência do Risco:	Medidas Propostas	Identificação dos Responsáveis	Implementado	Evidência
UNIDADE ORGÂNICA:	DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE				
Principais Atividades:	Coordenar, organizar e operacionalizar a execução das atividades culturais e desportivas; gerir as instalações e equipamentos municipais afetos à cultura, desporto e turismo; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento de todas as atividades culturais; Propor a atribuição de apoios a entidades e atividades culturais e desportivas de interesse concelhio;				
Inexistência de instrumento, geral e abstrato, que estabeleça as regras de atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	F	Criação de regulamento de benefícios públicos municipais, contendo os procedimentos e os critérios de atribuição.	Mário Duarte	sim	Programa de Apoio ao Associativismo disponível em http://www.cm-penela.pt/uploads/4e0c0c6d60f1b285a74782a64b5beb12.pdf
Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de	F	Criar norma de declaração de impedimento para todos os intervenientes nos procedimentos administrativos.	Cristina Castro	Não	

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

benefícios.					
Não verificação, na instrução do processo, de que os beneficiários cumprem as normas legais em vigor relativas à atribuição do benefício.	F	Implementação de sistema de gestão documental que evidencie o cumprimento por parte do beneficiário.	Mário Duarte	Não	
Existência de impedimentos, com a participação de eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias.	F	Exigência de declarações de interesses.	Cristina Castro	Não	

Conclusão

O Relatório que aqui se apresenta, reportado a 31 de dezembro de 2016, tem como intento aferir a avaliação e os resultados obtidos das medidas constantes do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGIC), aprovado pelo executivo municipal em 09/12/2009 e pela Assembleia Municipal em 22/12/2009.

Previamente a qualquer avaliação, é forçoso destacar que se trata do primeiro Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município, devendo por isso mesmo ser entendido como um instrumento de gestão que é ainda muito novo, mas simultaneamente dinâmico porque em permanente construção e sujeito a contínuo aperfeiçoamento.

O que este relatório pretende – para além de aferir o cumprimento das propostas, então apresentadas, desde a aprovação do Plano até 31 de Dezembro de 2016 – é continuar uma reflexão, que se deseja ativamente participada, sobre o seu grau de eficácia e a sua adequação a uma realidade que está em constante mutação.

Auscultando o relatório que antecede constata-se que grau de execução das medidas propostas não é homogênea, o que merecerá certamente um olhar atento sobre as causas para o não cumprimento de algumas medidas, desde logo quanto á manutenção ou extinção do risco então identificado.

Houve uma clara preocupação de reforçar as competências dos colaboradores nas áreas de atividade mais sensíveis e mais sujeitas a pressões e a constantes alterações do respetivo regime jurídico, como sejam, só a título de exemplo, as áreas de Finanças e Contabilidade e as áreas de Ordenamento do Território, Urbanismo e, também, o Atendimento ao Público e as normas do Código do Procedimento Administrativo.

O controlo contabilístico, financeiro e patrimonial foi claramente reforçando com a aplicação do Regulamento de Controlo Interno aprovado em 2014, enquadrando um vasto conjunto de procedimentos nomeadamente ao nível dos fluxos contabilísticos de realização de despesa e arrecadação de receitas.

Ainda assim, uma área fundamental para possibilitar uma leitura económico-financeira em tempo real, indispensável para a tomada de decisões de gestão, como é a Contabilidade por Centros de Custos, não foi possível de implementar por manifesta e comprovada falta de recursos humanos tecnicamente habilitados e disponíveis para o efeito. Esta importante ferramenta de gestão vai ser instalada e configurada durante o ano de 2017, de modo a estar em plena produção no exercício de 2018.

Como fator menos positivo e penalizador do esforço de modernização administrativa do município, nunca é demais referir – por força da ação administrativa de anulação de procedimento por concurso público, a que o município não estava obrigado, intentada por um concorrente – a perda do financiamento para a ação de modernização administrativa que tinha como ponto fulcral uma maior aproximação ao cidadão, em particular ao cidadão destinatário direto da ação do município, através da criação de um balcão único de atendimento (presencial, online, e telefónico) e de um sistema de gestão documental com definição de tempos de resposta previamente definidos e permanentemente monitorizados.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra deu vencimento de causa ao Município, sucessivamente confirmado pelo Tribunal Central Administrativo Norte e pelo Supremo Tribunal

Administrativo.....

Está a decorrer a análise de candidatura ao Portugal 2020 que, quando aprovada, poderá permitir a concretização de parte do projeto de modernização administrativa ainda em 2017 ou 2018.-----

Ao nível da contratação pública, foram genericamente reforçadas e consolidadas algumas medidas de prevenção de risco, nomeadamente:-----

- a) A centralização da aquisição de bens e serviços no Aprovisionamento;-----
- b) O aperfeiçoamento e generalização do uso da "Ficha de Necessidades" para melhor acompanhar a justificação e fundamentação de cada despesa;-----
- c) A utilização de uma Plataforma Eletrónica de Contratação Pública para a tramitação de todos os procedimentos pré-contratuais de compras públicas, com exceção dos ajustes diretos simplificados;-----
- d) A consolidação do princípio da subordinação de realização de cada despesa à verificação do competente cabimento e conseqüente registo do respetivo compromisso;-----

Muito para além do número de medidas implementadas, o PPRGCIC reforçou a ambiência para que os princípios éticos e da boa gestão fossem permanentemente reconvocados e reforçados nas práticas correntes da gestão autárquica, para além de alertar para a necessidade de haver um constante controlo das atividades desenvolvidas.-----

Por força da constante evolução do contexto económico, jurídico, humano e tecnológico que entretece finamente a atividade municipal, em 2017 deverá proceder-se à revisão do PPRGCIC de molde a acolher os novos contextos e reforçar a objetividade indispensável à pré-identificação dos riscos e à conseqüente antecipação das correspondentes medidas que conduzam à sua anulação ou, no mínimo, à sua atenuação ou minimização.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas.-----

10. MERCADO DO QUEIJO E DOS ROMANOS: No âmbito da realização de mais uma edição do Mercado do Queijo e dos Romanos, foi pelo senhor Presidente presente o programa e o orçamento, para aprovação, destacando a realização do décimo sétimo festival de folclore associado, como forma de dinamizar o evento.-----

Informação.....

Mercado do Queijo e dos Romanos.....

No próximo dia 30 de Abril realiza-se mais uma edição do Mercado do Queijo Rabaçal e dos Romanos, numa organização conjunta entre o Município de Penela e a União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal.-----

O evento tem lugar na Estação Arqueológica da *Villa* romana do Rabaçal onde todos os interessados poderão comprar e degustar não só o famoso Queijo Rabaçal, mas também outros produtos endógenos, como o Vinho Terras de Sicó, Azeite Sicó, Mel e Nozes. Também se encontra representado o artesanato local e regional.-----

Com este certame pretende-se sensibilizar toda a sociedade para a arcaica atividade de pastorícia e da produção tradicional do Queijo Rabaçal, valorizando em simultâneo outros produtos e elementos que caracterizam a região, num ambiente de recriação histórica conjugada com a festa popular, protagonizada pelo folclore.-----

O visitante é assim convidado a reviver o ambiente do palácio da *Villa* romana do Rabaçal desde o século IV, até à atualidade, participando numa história que vai percorrendo os diversos espaços e tempos deste complexo agrícola.-----

Atelier's Infantis para o fabrico de pão, queijo e elaboração de mosaicos romanos, jornadas de discussão técnica sobre laticínios, recriações históricas, passeio pedestre, comboio turístico, provar o Maior Queijo Rabaçal, não esquecendo o XVII Festival de Folclore do Rabaçal, com o apoio do Rancho do Rabaçal, são algumas das atividades que decorrerão durante todo o dia.-----

Em seguida, passamos a enunciar o programa do presente certame:-----

30 de Abril | DOMINGO -----

09h00 - Abertura do Certame -----

MERCADO DE QUEIJO RABAÇAL, VINHO TERRAS DE SICÓ, AZEITE SICÓ, MEL, NOZES E ARTESANATO-----

Mercado de Agricultura Tradicional e Familiar Oficinas Infantis de Fabrico do Queijo e do Pão Atelier do Mosaico e Pintura ao Ar Livre-----

Visitas guiadas ao Museu e Estação Arqueológica Comboio Turfstico -----
09H15 - Caminhada «Rota do Queijo Rabaçal» -----
10H30 - V Jornadas de Lacticínios -----
11H00 - Recriação Histórica «Chegada dos Romanos» -----
11h30 - Receção às Entidades Oficiais -----
12h30 - Desfile Etnográfico -----
15H00 – Recriação Histórica «Quotidianos Romano» -----
16h00 - XVII FESTIVAL DE FOLCLORE do Rabaçal -----
Assim, face ao conjunto de parcerias que envolve a Autarquia de Penela e a União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal e no cumprimento das atribuições e competências dos Municípios definidas nas alíneas e) e m) do nº1 do artigo 23º e da Câmara Municipal nas alíneas o); u) e ff) do nº1 do artigo 33º do Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os encargos financeiros imputados à Câmara Municipal de Penela, pela sua realização, importam em € 3 500,00 € (três mil e quinhentos euros). -----
À superior consideração de V. Exas., -----
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o programa e o orçamento do Mercado do Queijo e dos Romanos, nos termos e valores propostos na informação transcrita. -----

11. APOIOS MUNICIPAIS

11.1 DIA MUNDIAL DO TEATRO. CERCIPENELA: No âmbito do pedido apresentado pela CERCÍ, com vista às comemorações do Dia Mundial do Teatro, foi presente a seguinte informação dos serviços. -----

Comemorações do Dia Mundial do Teatro -----
Considerando que o Município de Penela no estreito cumprimento da legislação em vigor, possui responsabilidades na criação de parceiros para o cumprimento das suas atribuições nos diversos domínios do campo da animação cultural, da formação e dos tempos livres. -----
Considerando que as atividades culturais são peças importantes para o desenvolvimento económico e social, podendo contribuir para o reforço intelectual de todos os cidadãos -----
Considerando que o sector cultural e a criatividade artística de um território devem envolver concomitantemente a administração local e a sociedade civil, através do seu movimento associativo -----
Considerando que se torna necessário criar plataformas de investimento na cultura que não passem somente pela criação de infraestruturas, mas que passem pela implementação e financiamento de diferentes tipologias de projetos que possibilitem a ligação da cultura aos diferentes sectores que-lhe-são-transversais. -----

Considerando que devemos promover o potencial criativo e cultural direcionando-o para objetivos de desenvolvimento local e regional, fomentando novas parcerias, conciliando instituições públicas e privadas e ajudando a redefinir novos modelos de gestão e de economia social. -----

Considerando que as instituições são polos de desenvolvimento das comunidades e parceiros por excelência na realização de diversas atividades. -----

Considerando que a cultura de parceria e de cooperação é importante para uma estratégia de desenvolvimento sustentável de uma região e de um país. -----

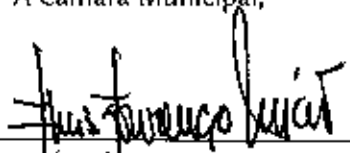
Considerando que as comemorações aqui em questão abrangem diversos atores municipais. -----

É neste contexto que face ao exposto e no uso das competências do Município previstas no artº 23, nº 2, alínea d); e) e f); das competências da Câmara Municipal previstas no artº 33º, nº1, alíneas o) u); v) e ff); da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro propõe-se a atribuição de um subsídio de apoio à CERCIPENELA, com sede na Avenida Infante D. Pedro, 3230-268 Penela, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), como compensação pelos custos na organização das comemorações municipais do Dia Mundial do Teatro, que decorreu no passado dia 27 de Março, designadamente com a organização durante a manhã, do Workshop teatral que contou com a presença de 70 pessoas; com a apresentação da peça «Romeu e Julieta» pela Companhia «Obras Feitas» e com a apresentação da peça «A Festa», pela Companhia de Teatro da CRINABEL, de Lisboa. -----

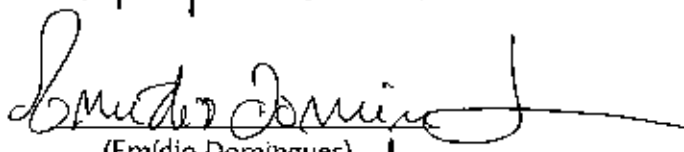
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apoiar a realização do evento concedendo um apoio financeiro no valor de 500€ (quinhentos euros) à CerciPenela, conforme proposto na informaçaõ. -----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, sendo quinze horas e cinquenta e um minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido aprovada esta ata em minuta, nos termos do nº 3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A Câmara Municipal,



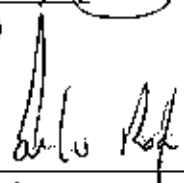
(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)



(Emídio Domingues)

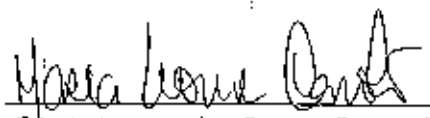


(Rafael Cândido Justino Baptista)



(Paulo António Silva Roxo)

A Técnica Superior,



(Maria Leonor dos Santos Carnoto)